Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CNPJ/MF nº 60.990.751/0001-24

PUC-SP

Relatório da Administração

Da Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A administração da Fundação São Paulo, Fundação filantrópica mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, orientada, fundamentalmente, pelos princípios da Doutrina e da Moral Católica e comprometida com o Plano Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Instituição, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Mensagem da Administração da Fundação São Paulo

A Fundação São Paulo, ciente da sua responsabilidade para com a Igreja e a Sociedade Brasileira, vem atuando na mantenção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com zelo e rigor.

Ao mesmo tempo em que empreende ações administrativas-financeiras, cuida da excelência acadêmica da Universidade, em trabalho conjunto com a Reitoria, por ela empossada, garantindo o trinômio do ensino, da pesquisa e da extensão, característico da vida universitária.

O reconhecimento público, o respeito, a seriedade dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela PUC-SP devem ser mantidos e aperfeiçoados, sempre mais.

A busca da Sabedoria, lema da PUC-SP, deve ser o fim último do saber humano e essa busca passa, necessariamente, pela dignidade do ser humano, da sua concepção ao fim natural, e pela presença de Deus. Que a PUC-SP, apesar da conjuntura adversa, mas sadia na estrutura e nas atividades acadêmicas, possa colaborar com a sociedade humana nesta trajetória em busca da Sabedoria.

Objeto Social e Missão

A **Fundação São Paulo**, pessoa jurídica de direito privado, instituída em 1945, tendo sido seu instituidor o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, então Arcebispo Metropolitano de São Paulo, é uma Entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública e filantrópica, tendo caráter educacional, assistencial, cultural e de pesquisa científica.

Em 13 de agosto de 1946, constituiu a **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)**, da qual é mantenedora, instituição de ensino superior (graduação, pós-graduação *strictu sensu* e lato *sensu*), pesquisa e cultura, atuando nos segmentos de assistência social e filantropia, tendo como objetivos a educação, o amparo, a inserção e transformação social através de programas e atividades específicas que se coadunam com valores voltados à justiça e à dignidade humana, conforme disposto no artigo 7º de seu Estatuto Social.

A **Fundação São Paulo** cumpre sua missão aplicando integralmente os recursos arrecadados em suas finalidades, não remunerando dirigentes e prestando relevantes serviços à sociedade em suas áreas de atuação.

Estrutura, Desempenho e Atuação

1) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A Fundação São Paulo vem atuando diretamente junto à PUC-SP no sentido de adequar a estrutura da Instituição para manutenção e ampliação de seus objetivos, mantendo o equilíbrio e sustentabilidade acadêmica, administrativa e financeira.

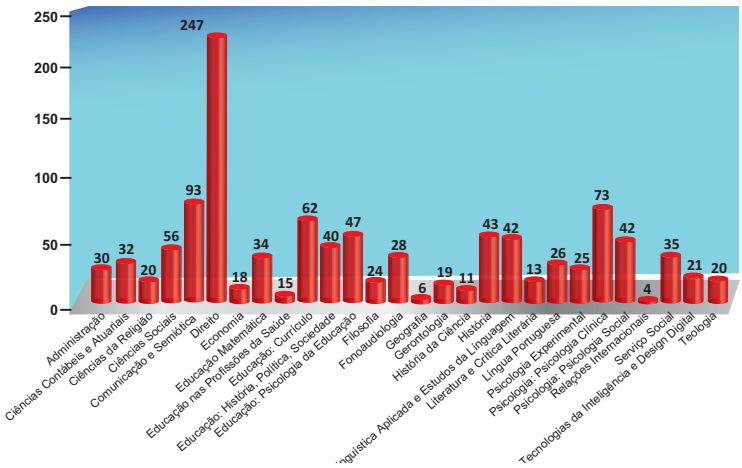
No decorrer dos últimos anos, a Fundação São Paulo, através de seu Conselho Superior, consolidou o seu estatuto, bem como, aprovou a reformulação do estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A Universidade em sua estrutura conta atualmente com 6 campi, 2 unidades suplementares sendo a Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação - DERDIC (Ibirapuera/SP) e o Hospital Santa Lucinda - HSL localizado no município de Sorocaba/SP, bem como, com a Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão - COGEAE, entre outras coordenadorias.

Seus campi são 04 na capital: Monte Alegre - Marquês de Paranaguá - Santana – Ipiranga; e 02 no interior: Barueri/SP e Sorocaba/SP.

Em 2013, a PUC-SP possuía 243 grupos de pesquisa certificados no CNPq e 31 Programas de Estudos Pós-Graduados credenciados e aprovados pela CAPES. Estes Programas são responsáveis por 28 cursos de mestrado acadêmico, 4 de mestrado profissional e 21 de doutorado, além de inúmeros cursos de especialização e de extensão universitária.

A Instituição mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica possibilitou a titulação a novos mestres e doutores. Em 2013, foram defendidas 773 (868 em 2012) dissertações de Mestrado e 353 (364 em 2012) teses de Doutorado, conforme demonstrado a seguir:

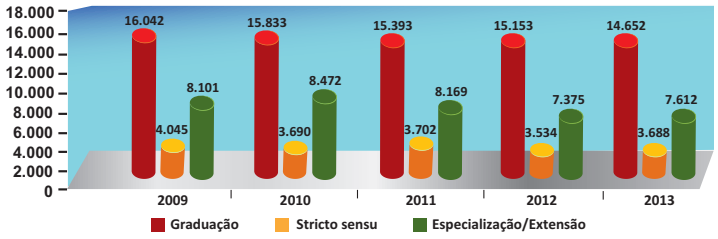


Ao final de 2013 a PUC/SP contava com 25.952 (26.062 em 2012) alunos assim distribuídos:

	2013	2012
Alunos de graduação	14.652	15.153
Alunos de Pós-graduação (*Strictu Sensu*)	3.688	3.534
Especialização	3.713	4.182
Extensão, aperfeiçoamento e aprimoramento	3.899	3.193

A educação superior brasileira continua a apresentar um cenário de retração pela contínua expansão do número de vagas oferecidas pelas instituições de ensino públicas e privadas, ocorridas na década passada. Nesse contexto a PUC-SP em 2013, embora em menor escala, também sofreu os efeitos desse cenário nacional apresentando uma retração no número de alunos matriculados quando comparado aos exercícios anteriores, conforme demonstrado.

• Alunos de Graduação e Pós-graduação

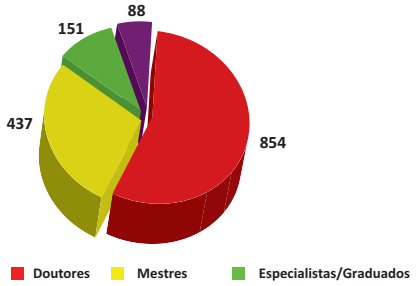


Sua estrutura conta ainda com o seguinte quadro de colaboradores ativos:

	2013	2012
Docentes	1.530	1.552
Administrativos	983	1.017
Técnicos (Hospital Santa Lucinda)	452	453

Seu corpo docente conta com mais de 90% de seu corpo docente constuído com mestres e doutores. Em relação aos docentes o quadro da PUC/SP conta com a seguinte qualificação:

• Titulação de Docentes



A Instituição contava em 31 de dezembro de 2013 com 1.435 colaboradores administrativos e técnicos hospitalares com a seguinte formação acadêmica:

Doutores	6
Mestres	39
Especialistas	112
Graduados	540
Ensino Médio	641
Outros	97

Todas as condições somadas - missão, histórico, negociações e ações encaminhadas - permitiram que a PUC-SP fosse avaliada pelo Ministério da Educação como a melhor Universidade privada do Estado de São Paulo, e segunda do Brasil, assim como no rol das 192 universidades do país (incluídas as universidades públicas) classificada em 24º lugar, conforme Índice Geral de Cursos (IGC).

Propicia aos que a procuram a qualidade e capacidade de atender às mais diversas vocações direcionadas à formação e qualificação profissional, humana e social, isso promovido pelas dezenas de cursos, núcleos e atividades que oferece, por meio das nove Faculdades que a integram: Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais; Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde; Faculdade de Educação; Faculdade de Direito; Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia; Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde; Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes; Faculdade de Ciências Sociais e Faculdade de Teologia.

Na última avaliação institucional divulgada pelo Ministério da Educação, a PUC-SP alcançou a média final 4. No tocante aos itens graduação, ensino e pesquisa, desempenho filantrópico-social e vivência democrática e autonomia funcional de seus diversos órgãos, obteve a nota 5, a máxima possível.

2) Hospital Santa Lucinda

Na área de saúde, a Instituição mantém seu compromisso assistencial com a população de Sorocaba e região, sempre aliando à sua missão como Hospital de Ensino, buscando melhorias na qualidade e segurança do atendimento cirúrgico e ambulatorial, além de aprimorar seus espaços físicos através de investimentos para a modernização do Hospital Santa Lucinda.

Os investimentos realizados no hospital, como a ampliação do centro cirúrgico e a hemodinâmica exigem manutenção e atualizações tecnológicas constantes para que os resultados benéficos continuem proporcionando satisfação para os seus pacientes.

Assim o Hospital continua recebendo melhorias para adaptar, qualificar e modernizar sua infraestrutura de instalações e equipamentos, capacitando e aumentando a complexidade dos atendimentos efetuados à população.

O Hospital Santa Lucinda caracteriza-se como um dos principais centros de atendimento à população de Sorocaba e região, conforme demonstra o quadro a seguir:

	2013	2012
Números de consultas ambulatoriais	36.350	36.778
Números de internações	13.940	14.207
Números de cirurgias	8.702	8.709
Números de partos	3.182	3.264
Números de exames laboratoriais	83.004	79.291
Números de exames complementares e de imagem	18.047	16.604

Desses atendimentos, 68,63% (66,87% em 2012) foram realizados através do Sistema Único de Saúde - SUS, privilegiando a população carente da região.

O Hospital possui 126 leitos, sendo que neste exercício obteve 66,23% (69,18% em 2012) de taxa de ocupação geral, e a taxa de ocupação SUS foi de 75,71% (65,5% em 2012).

Em 2013, o Hospital Santa Lucinda conseguiu modernizar sua estrutura através de reforma da Recepção e da Área Externa, proporcionando aos pacientes e colaboradores uma melhor condição durante sua permanência em nosso hospital. Essa reforma foi concretizada em função da utilização dos recursos da Nota Fiscal Paulista. Ainda em 2013, o Grupo de Trabalho de Humanização concluiu o Projeto TV o qual contemplou a instalação de TVs em todos os quartos SUS do HSL.

Ao final de 2013 o HSL celebrou com o município um convênio, contemplando a contratualização, onde foram pactuados os compromissos do hospital com o município. Através desse convênio foi possível incluir na estrutura hospitalar equipes plantonistas que atenderão como retaguarda da urgência do município nas seguintes especialidades: Pediatria, Obstetrícia (Pronto Atendimento à Gestante), Ortopedia (Centro de Trauma), Cirurgia Geral e Clínica Médica. Essa nova modalidade de atendimento proporciona também uma qualificação de todos os atendimentos do hospital.

Relatório da Administração

3) Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação

A DERDIC, Unidade Suplementar da PUC-SP, subordinada administrativamente à Fundação São Paulo, compreende a Escola de Educação Bilíngue para Surdos, a Clínica de Audição, Voz e Linguagem Prof. Dr. Mauro Spinelli e o Centro Audição na Criança. Seus 109 profissionais oferecem formação educacional e atendimento clínico de excelência, a uma clientela majoritariamente de baixa renda, além de produzir pesquisa com padrão internacional e de prestar assessoria a organizações afins.

A DERDIC atendeu em 2012: - 114 crianças e jovens em educação regular; 153 jovens surdos nos campos da orientação e qualificação profissional - Aprendiz Surdo; 924 alunos ouvintes em cursos de Língua Brasileira de Sinais; 101 alunos em programas de formação e de aprimoramento nas áreas de audição, voz e linguagem.

4) Desempenho operacional no último quadriênio (2013-2010)

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
RECEITAS				
Mensalidades - Graduação	306.376	290.253	271.504	254.718
Bolsas de Estudo - Graduação	(53.906)	(47.167)	(40.599)	(39.645)
	252.470	**243.086**	**230.905**	**215.073**
Mensalidades - Pós-graduação	89.759	81.878	73.596	69.101
Bolsas de Estudo Pós-graduação	(29.261)	(26.196)	(21.806)	(19.521)
	60.498	**55.682**	**51.790**	**49.580**
Mensalidades - COGEAE	42.365	40.867	38.089	42.359
Bolsas de Estudo COGEAE	(3.059)	(2.977)	(3.376)	(5.633)
	39.306	**37.889**	**34.713**	**36.726**
Receitas Líquidas Educacionais	**352.274**	**336.657**	**317.408**	**301.379**
Receitas Hospitalares	38.537	39.386	32.026	29.694
Outras Receitas	15.359	17.014	21.647	18.779
Receita Operacional Líquida	**406.170**	**393.057**	**371.081**	**349.852**
CUSTOS/DESPESAS				
Custos educacionais e hospitalares	(219.363)	(208.123)	(198.359)	(192.774)
Superávit Bruto	**186.807**	**184.934**	**172.722**	**157.078**
DESPESAS OPERACIONAIS				
Salários, Férias e Encargos Sociais	(100.316)	(95.586)	(88.498)	(83.340)
Despesas com Serviços de Terceiros	(27.710)	(25.973)	(27.022)	(22.196)
Despesas com Materiais de Uso e Consumo	(4.813)	(5.286)	(6.407)	(5.705)
Despesas Administrativas e com pesquisa	(20.298)	(18.177)	(16.747)	(16.025)
	(153.137)	**(145.022)**	**(138.674)**	**(127.266)**
Resultado Operacional antes das Indenizações, PCLD, Contig. Judiciais e Resultado Financeiro	**33.670**	**39.912**	**34.048**	**29.812**
Aviso Prévio e Indenizações	(4.523)	(2.840)	(2.727)	(2.221)
Depreciações / Amortizações	(8.271)	(6.947)	(7.632)	(6.909)
Resultado Financeiro	(13.877)	(14.640)	(20.177)	(18.151)
Diferenças Salariais	(1.190)	(1.088)	(172)	10.418
Perdas com alienação de bens	(5)	(4)	(819)	-
Despesas com processos judiciais e devedores duvidosos	(5.454)	(19.796)	(12.691)	(2.266)
Outras despesas operacionais	(34)	(196)	(157)	-
	(33.354)	**(45.511)**	**(44.375)**	**(19.129)**
Superávit do Exercício	**316**	**(5.599)**	**(10.327)**	**10.683**

Conforme demonstrado no quadro acima, e com base nas informações das Demonstrações Financeiras, em 2013 a Fundação retomou a geração de superávit líquido, e continua gerando resultados operacionais positivos, possibilitando a continuidade da amortização de dívidas contraídas em períodos anteriores.

No decorrer de 2013, a retração no número de alunos da graduação e especialização provocou uma redução no resultado operacional da Instituição. A Instituição entende que a manutenção desse patamar de resultado operacional aponta para a necessidade de um novo planejamento e uma reestruturação para enfrentar o futuro, capazes de manter e consolidar o bom desempenho na educação superior que se apresenta competitiva.

A receita líquida de 2013 teve um crescimento de 3,34% e demonstra a continuidade na busca pela sustentabilidade econômica e financeira da Fundação. Apesar da redução no resultado operacional, a Fundação obteve êxito em negociações complexas de passivos contingentes, especialmente àqueles registrados para causas trabalhistas.

Em dezembro de 2013, a Fundação homologou o acordo trabalhista junto ao SINPRO resultando em uma redução no pedido total de 17,7 mil. A redução deste passivo contribuiu de forma positiva com a geração de resultado líquido, pois reduziram e em alguns casos reverteram provisões que afetam o resultado final.

O resultado líquido superavitário evidencia que a Fundação manteve o foco em seu controle orçamentário e dessa forma conseguiu retomar a geração de resultados positivos.

Para mantermos os níveis de resultado operacional, em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade é necessária à manutenção das medidas de controle financeiro e operacional já tomadas, garantindo a continuidade operacional da Instituição.

No âmbito operacional, a Instituição manterá a implementação das medidas de adequação da estrutura operacional e de custos ao atual volume de matrículas, compatibilizando-as através das premissas contidas no orçamento para o ano de 2014.

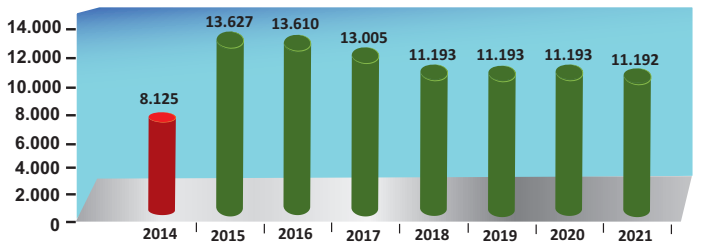
O endividamento bancário, necessário no início do processo à reestruturação teve a seguinte evolução:

Evolução do endividamento bancário							
Ano	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**
Valor do endividamento	121.558	107.321	91.870	109.133	98.930	92.563	93.138
Taxa média (a.a.)	17,45%	17,41%	14,72%	16,07%	16,60%	15,08%	13,72%
Vencimento final	2014	2014	2014	2014	2016	2017	2021

Em dezembro de 2013, a Fundação, dando continuidade ao seu planejamento financeiro, obteve êxito na reestruturação de suas dívidas junto às Instituições Financeiras, pactuando taxas mais atrativas e alongamento dos prazos para amortizações.

O gráfico a seguir apresenta os montantes vincendos da dívida bancária ao final do exercício de 2013:

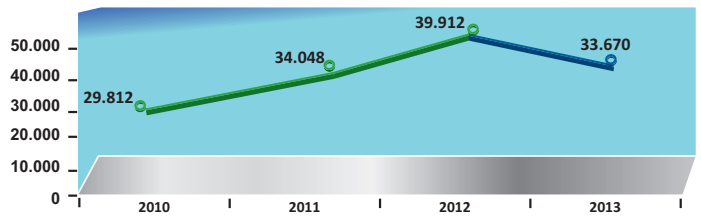
Endividamento Bancário



A manutenção do resultado operacional em níveis positivos permitiu à Instituição honrar compromissos assumidos, e ainda arcar com o pagamento dos encargos financeiros dessa dívida.

A seguir demonstramos os resultados operacionais gerados pela Fundação nos últimos exercícios sociais:

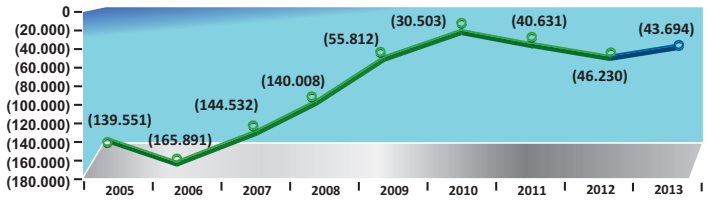
Resultado Operacional antes de Indeniz., ACLD, Deprec., Resultado Financeiro



Estes resultados contribuem para que a Fundação consiga honrar seus compromissos junto aos credores, bem como investir em melhorias de infraestrutura de seus campi.

A evolução do patrimônio líquido apresentada a seguir indica uma melhoria significativa no exercício de 2013 retomando a tendência de reversão do passivo a descoberto. No ano de 2013, a Fundação, em continuidade a melhorias organizacionais iniciadas em 2005, retomou a condição de obtenção de superávit líquido. A Instituição continua implementando controles que otimizem a utilização dos recursos (humanos, tecnológicos e materiais) sem perder a sua excelência e qualidade.

Evolução do Patrimônio Líquido



A efetivação e o monitoramento do planejamento estratégico organizacional, e a busca de medidas que possibilitem o melhor controle dos gastos (investimentos, custos e demais despesas) no médio e longo prazo promove a continuidade dos resultados operacionais e líquidos positivos.

Ainda sobre o patrimônio líquido, vale destacar que a existência do parcelamento efetuado através do REFIS Federal registrado no passivo, no valor de R$ 97.172 (R$ 96.467 em 2012), impacta negativamente o patrimônio social, afetando a situação econômica e patrimonial demonstrada. Entretanto, sua forma de pagamento vinculada a 0,3% do faturamento apresenta um efeito financeiro efetivo mínimo nas operações da Instituição, representando um desembolso anual de R$ 1.347 (R$ 1.286 em 2012).

Compatibilizar o trinômio composto pela sustentabilidade econômica, qualidade acadêmica e compromisso social, continua sendo o grande desafio que envolve a Fundação São Paulo e a Universidade.

Os professores da PUC-SP trabalham sob o regime de um contrato diferenciado ao olharmos para outras Universidades privadas. Todo o professor da PUC-SP dispõe de horas para pesquisa e produção científica, além das aulas, gerando uma condição de trabalho e remuneração maiores que aquelas estabelecidas pelo sindicato da categoria. É este diferencial que faz da nossa Universidade referência nacional e internacional no mundo acadêmico.

A Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, conforme preconiza seu estatuto, não tem fins lucrativos, e aplica integralmente seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, e assume firmemente diretrizes de sustentabilidade mantendo sua Fundação de excelência acadêmica e compromisso social.

Com 67 anos de existência, a Instituição apresenta um passado digno e comprometido com a sociedade brasileira e um futuro promissor caracterizado pelo compromisso social e pela qualidade e excelência acadêmica, conquistadas com a busca contínua da convergência entre interesse, compromisso e virtude, que fazem de suas atividades um fator de desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do país, semeando terreno fértil para seu próprio crescimento.

Construir e consolidar são os verbos que pautarão nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2014.

Secretaria Executiva da Fundação São Paulo
Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - (Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2013	2012
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**31.009**	20.940
Contas a receber de alunos e hospital	5	**26.683**	20.817
Bolsas restituíveis	6	**2.688**	6.234
Estoques	-	**915**	1.223
Adiantamento a funcionários	-	**1.486**	1.504
Outras contas a receber	-	**2.955**	2.928
Despesas antecipadas	-	**757**	1.186
		66.493	54.832
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	7	**6.041**	6.324
Contas a receber de alunos e hospital	5	**2.000**	-
Bolsas restituíveis	6	**1.552**	2.866
Outras contas a receber	-	**212**	204
Investimento	-	**19**	19
Imobilizado	8	**240.089**	240.749
Intangível	9	**5.192**	5.128
		255.105	255.290
Total do ativo		**321.598**	310.122

PASSIVO

	Nota	2013	2012
Passivo circulante			
Fornecedores		**5.496**	5.195
Empréstimos e financiamentos	10	**8.125**	61.495
Salários, férias e encargos sociais a pagar	11	**36.983**	34.521
Diferenças salariais a pagar	12	**12.529**	10.714
Tributos parcelados	13	**4.210**	4.117
Receitas antecipadas	14	**12.474**	11.225
Processos judiciais a pagar	-	**3.258**	1.687
Contas a pagar	-	**7.339**	2.927
		90.414	131.881
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	**85.013**	31.068
Tributos parcelados	13	**128.986**	131.090
Provisões para contingências	15	**59.287**	62.252
Outras contas a pagar	-	**1.592**	61
		274.878	224.471
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	16	**53.569**	51.349
Ajuste de avaliação patrimonial	16	**143.279**	152.140
Déficits acumulados	-	**(240.542)**	(249.719)
		(43.694)	(46.230)
Total do passivo e patrimônio líquido		**321.598**	310.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	17	**406.170**	393.057
Custos diretos educacionais e hospitalares	18	**(219.363)**	(208.123)
Superávit bruto		**186.807**	184.934
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	19	**(106.029)**	(99.515)
Despesas gerais e administrativas	20	**(21.472)**	(20.975)
Despesas com serviços de terceiros	21	**(27.710)**	(25.973)
Provisão de devedores duvidosos/contingências judiciais		**(5.453)**	(20.162)
Depreciação		**(8.271)**	(6.947)
Desenvolvimento científico		**(3.646)**	(2.491)
Outras despesas operacionais		**(33)**	171
Superávit antes das (despesas) e receitas financeiras		**14.193**	9.042
Receitas financeiras	22	**8.570**	9.302
Despesas financeiras	22	**(22.447)**	(23.943)
(Despesas) financeiras líquidas		**(13.877)**	(14.641)
Superávit/déficit do exercício		**316**	(5.599)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - (Em milhares de reais)

	2013	2012
Superávit/déficit do exercício	**316**	(5.599)
Superávit/déficit abrangente total do exercício	**316**	(5.599)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - (Em milhares de reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de créditos educacionais	**345.917**	337.166
Recebimento de créditos hospitalares	**36.432**	36.881
Recebimento de serviços prestados	**6.715**	4.919
Valores pagos a fornecedores, empregados, encargos sociais e tributos	**(370.625)**	(354.754)
	18.439	24.212
Outros recebimentos	**19.205**	16.969
Pagamento de diferenças salariais	**-**	(332)
Juros pagos	**(224)**	(840)
Despesas bancárias pagas	**(1.757)**	(1.072)
Pagamentos de depósitos judiciais e contingências	**(13.969)**	(17.394)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**21.694**	21.543
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado	**(4.757)**	(3.859)
Compras de intangível	**(781)**	(865)
Resgate/aplicação financeira	**104**	2.566
Recebimentos por vendas de ativos do imobilizado	**83**	125
Juros recebidos	**3.170**	2.648
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(2.181)**	615
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros pagos por empréstimos	**(10.019)**	(10.541)
Pagamentos de empréstimos	**(113.270)**	(81.163)
Captação de empréstimos	**113.845**	74.796
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(9.444)**	(16.908)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**10.069**	5.250
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**20.940**	15.690
No fim do exercício	**31.009**	20.940
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**10.069**	5.250
Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		
Atividades operacionais		
Superávit/défict do exercício	**316**	(5.599)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do superávit/déficit do exercício com o fluxo de caixa:		
Depreciação de imobilizado	**7.557**	6.313
Amortização de intangivel	**718**	852
Juros - empréstimos	**6.371**	3.195
Juros - tributos parcelados	**2.188**	1.722
Custo líquido das alienações	**370**	56
Reversão de provisão para demandas judiciais	**(2.965)**	8.317
Reversão/provisão para créditos de liquidação duvidosa - bolsas	**(1.121)**	(9.340)
Reversão/provisão para créditos de liquidação duvidosa	**281**	(3.823)
(Aumento)/redução de ativos		
Contas a receber de alunos e hospital	**(8.147)**	(1.063)
Bolsas restituíveis	**5.981**	15.360
Estoques	**308**	(107)
Demais contas a receber	**695**	1.461
Aumento/(redução) de passivos		
Fornecedores	**301**	161
Salários, férias e encargos sociais a pagar	**2.462**	1.248
Diferenças salariais a pagar	**1.815**	1.112
Receitas antecipadas	**1.249**	4.218
Processos judiciais a pagar	**1.571**	1.687
Contas a pagar	**5.943**	(3.338)
Tributos parcelados	**(4.199)**	(889)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	**21.694**	21.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit (déficits) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	51.349	161.001	(252.981)	(40.631)
Realização de avaliação patrimonial (Nota 16)	-	(8.861)	8.861	-
Déficit do exercício	-	-	(5.599)	(5.599)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**51.349**	**152.140**	**(249.719)**	**(46.230)**
Realização de avaliação patrimonial (Nota 16)	**-**	**(8.861)**	**8.861**	**-**
Incorporação de doação ao patrimônio social (Nota 16)	**2.220**	**-**	**-**	**2.220**
Superávit do exercício	**-**	**-**	**316**	**316**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**53.569**	**143.279**	**(240.542)**	**(43.694)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1 Informações sobre a Fundação

1.1. Contexto operacional

A Fundação São Paulo ("Fundação") é uma Entidade sem fins lucrativos, reconhecidamente filantrópica, instituída em 1945, e é mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), fundada em 13 de agosto de 1946, e do Hospital Santa Lucinda, fundado em 1950.

Unidade educacional - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Seus objetivos principais são:

• A assistência social desenvolvida por meio de programas de inclusão, desenvolvimento e transformação;

• A formação de profissionais, técnicos e científicos de nível superior, pós-graduados e de extensão universitária, abertos aos valores de cooperação responsável, da justiça e da dignidade humana, sensíveis aos problemas do país e às implicações de sua profissão;

• As outras atividades de caráter cultural, social, filantrópico e de pesquisa científica.

A Fundação cumpre seus objetivos sociais, aplicando integralmente no país os recursos financeiros por ela gerados em ensino, pesquisa e assistência social, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida, com destacada atuação na área social, saúde, educação, pesquisa e cultura.

Dentre as principais atividades desenvolvidas destacam-se os cursos de graduação, de pós-graduação, de especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

A PUC-SP conta com seis campis universitários, sendo quatro localizados no Município de São Paulo: Perdizes, Consolação, Ipiranga e Santana e dois no interior: Sorocaba e Barueri.

Unidade hospitalar - Hospital Santa Lucinda (HSL)

O Hospital está localizado na Rua Cláudio Manoel da Costa, 57 - Jd. Vergueiro na Cidade de Sorocaba - SP e foi fundado em 1950, quando o Dr. José Ermírio de Moraes doou uma área pertencente ao Grupo Votorantim, para abrigar a Escola de Enfermagem e Faculdade de Medicina de Sorocaba. Em 1977 o hospital passou a fazer parte da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da PUC–SP mantida pela Fundação São Paulo. Atualmente o HSL possui parceria com o governo municipal de Sorocaba, trabalhando também de modo particular e por meio de convênios médicos.

Decorrente de sua integração a PUC-SP sediada em Sorocaba, o HSL atua como campo de estágio nas áreas de biologia, medicina e enfermagem, e possui o mérito de ser o único hospital da cidade a possuir em seu corpo clínico todos os membros do corpo acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde.

Na região onde está instalado, aproximadamente 50 municípios utilizam o HSL, totalizando 2,2 milhões de habitantes, e destes atendimentos uma média de 70% é direcionado à rede SUS. Dentre os tratamentos de maior destaque, o HSL possui sua área cardíaca, seguida pela otorrino, oftalmológica e ortopedia. Esta última, por sua vez, é considerada destaque na região devido ao ambulatório, referência regional em ortopedia.

O processo de certificação dos Hospitais de Ensino teve seu início no ano de 2004, sob a coordenação do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Educação (MEC). Esse processo tem o objetivo de certificar hospitais que desenvolvem, além das tradicionais atividades de atenção à saúde, formação de recursos humanos na área da saúde, além de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para o SUS.

O programa de certificação é regulado pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 2400 de 02 de outubro de 2007. Essa portaria estabelece os requisitos mínimos que um hospital deve preencher para ser considerado hospital de ensino, a partir de quatro dimensões:

• Atenção à saúde/assistência;

• Ensino;

• Pesquisa, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia; e

• Gestão.

O programa de reestruturação dos hospitais de ensino representa, sem dúvida, um vigoroso indutor na qualificação destes hospitais. No estado de São Paulo apenas 33 hospitais possuem esta qualificação, sendo que o Hospital Santa Lucinda é credenciado como hospital de ensino desde 2005. Sua certificação é validada a cada dois anos e envolve visita de representantes dos Ministérios da Saúde e da Educação, que analisam profundamente o cumprimento das exigências.

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas

I) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL)

A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 195 da Constituição Federal.

II) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

Os referidos impostos incidem sobre os rendimentos de aplicações financeiras, financiamentos e apólices de seguros, conforme previsto na legislação fiscal vigente. Contudo, a Fundação tem enviado regularmente às instituições financeiras com as quais realiza operações, declaração de que é imune e, por esse motivo, não está sujeita à incidência do IRRF e do IOF sobre as referidas operações. Adicionalmente, a Fundação teve decisão judicial com trânsito em julgado favorável relacionado com a exigibilidade do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos auferidos com as aplicações financeiras e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

III) Programa para Integração Social (PIS)

A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

IV) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Fundação, em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas.

V) Imposto Sobre Serviços (ISS) e Predial e Territorial Urbano (IPTU)

Em 19 de dezembro de 2013, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o deferimento do pedido de isenção do ISS, dos exercícios de 2006 a 2012, e do IPTU, dos exercícios de 2001 a 2012, que haviam sido protocolados tempestivamente pela Fundação em exercícios anteriores. A requisição dessas isenções para o exercício de 2013 será feita durante o mês de junho de 2014.

VI) Contribuição Patronal ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)

Devido a Fundação possuí o Certificado de Fundação Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) e ter reconhecida sua filantropia, o recolhimento da cota patronal do INSS deixou de ser realizado. Em contra partida, é requerido que a Fundação invista 20% dos seus recursos recebidos em gratuidades (bolsas de estudos). Em função da existência de atividade mista na Fundação, com notório destaque para o setor educacional, pelos menos 15% da gratuidade concedida deve ser direcionada ao setor de educação. A aplicação dos recurso encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 25.

VII) Benefícios do PROUNI

O PROUNI – Programa Universidade para Todos foi instituído pela Medida Provisória nº 213/05, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/2005 e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/05, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais para estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos.

A gestão do PROUNI cabe ao Ministério da Educação - MEC com a qual a Fundação firmou termo de adesão por prazo de vigência de dez anos, contados da data de sua assinatura. A Fundação utiliza o PROUNI no processo de composição de suas gratuidades para cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em bolsas de estudos.

VIII) Cumprimento aos requisitos - Fundação sem fins lucrtaivos

Para manter-se como uma Fundação sem finalidade de lucro os seguintes condições devem ser seguidas pela Fundação, as quais estão sendo rigorosamente cumpridas:

a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;

b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, assim como, a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

e) Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

1.3. Situação financeira

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, a Fundação ainda apresenta uma situação patrimonial que requer cautela. A Administração vem adotando uma série de medidas austeras como forma de equacionar a atual situação patrimonial e financeira e permitir a liquidação e/ou renegociações de suas obrigações de curto prazo. Os planos da Administração para a equalização de sua situação patrimonial são:

(i) Expansão da receita pela captação de novos alunos;

(ii) Melhora da retenção dos alunos nos principais cursos;

(iii) Correção das mensalidades de forma a estar alinhada aos índices de atualização dos principais custos da instituição;

(iv) Diminuição das despesas com pessoal;

(v) Análise da margem de contribuição de cada curso avaliando, semestralmente, quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;

(vi) Criação de novos curso e aumento de vaga nos já existentes, nas modalidades de graduação e extensão, compatíveis com a demanda e procura do mercado;

(vii) Manutenção do parcelamento dos tributos federais pelo REFIS I, que permitem a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da Fundação;

(viii) Redução de encargos financeiros na captação de novos empréstimos e renegociação dos empréstimos existentes;

(ix) Intensificação na participação de programas governamentais (bolsas) melhorando o fluxo financeiro de recebimento;

(x) Melhora no processo de cobrança e acompanhamento do contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;

(xi) Aumento de convênios e parcerias com os setores públicos e privados;

(xii) Evolução continuo dos processos administrativos financeiros buscando agilizar as rotinas interna e melhorar o nível de controle da Entidade;

(xiii) Renovação e atualização dos recursos tecnológicos;

(xiv) Adoção do acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico e financeiro da Fundação que visa à eliminação das dívidas trabalhistas e a redução de passivos tributários, bem como a sensível redução no volume de endividamento bancário. Em 2013 esse plano resultou em um importante ganho para a Fundação, uma vez que os bancos aceitaram renegociar a dívida existente e essa teve seu prazo prolongado até o ano de 2021, permitindo que a Fundação tenha um melhor equilíbrio de caixa e, com isso, recupere sua capacidade de investimento, possibilitando a continuidade e aumento dos investimentos na qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e instalações físicas.

A Administração da Fundação acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazo.

1.4. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas para a emissão pela conselho fiscal da Fundação em 26 de março de 2014, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2 Práticas contábeis e base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e avaliação da sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

As demonstrações financeiras da Fundação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12 - ITG 2002).

Devido a determinadas reclassificações de contas patrimoniais e de resultado efetuadas pela Administração em 2013, essas alterações foram refletidas nos saldos de 2012, mantendo a comparabilidade dos saldos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir.

2.1. Reconhecimento de receitas e bolsas de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 17).

i. Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Associação e quando possa ser mensurada de forma confiável.

As receitas com contribuições dos alunos (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência.

As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em concursos e vestibulares.

ii. Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do FIES e financiamento estudantil, atendendo às determinações da Lei nº 12.101/2009, Decreto Federal nº 2.536/1998 e Lei nº 11.096/2005 que introduziu o Programa Universidade para Todos - PROUNI, bem como a legislação pertinente à filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

iii. Prestação de serviços médicos

Os procedimentos médicos concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os procedimentos médicos que se encontram em curso e não podem ser finalizados até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados pela Administração, sendo reconhecidos pela contabilidade na data de encerramento das demonstrações financeiras.

iv. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", nas demonstrações do resultado.

v. Doações

As receitas oriundas de doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (entidades sem fins lucrativos), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos.

2.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

2.2.1. Ativos financeiros e recebíveis - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros e recebíveis da Fundação são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Fundação determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros e recebíveis são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Os ativos financeiros e recebíveis da Fundação incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros créditos.

2.2.2. Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Fundação são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Fundação determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Fundação incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

2.3. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Fundação não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

2.4. Moeda funcional e e conversão de moeda estrangeira

A moeda funcional da Fundação é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real), utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "*impairment*")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Aplicações financeiras

Os recursos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos.

2.8. Contas a receber

São apresentadas aos valores de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

O contas a receber é segregado e composto pelos segmentos educacional (mensalidades, acordos celebrados com estudantes de mensalidades vencidas e em cobranças judiciais) e hospitalar (procedimentos médicos a receber de convênios ou particulares).

2.9. Estoque

Os estoques referem-se aos medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde no Hospital Santa Lucinda localizado no Município de Sorocaba, e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel e, em geral, compreendem materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.

Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos quando identificados.

2.10. Imobilizado

Terrenos e Edificações compreendem, principalmente, as Unidades educacionais e o complexo Hospitalar onde são desenvolvidas as operações da Fundação, os quais são demonstrados pelo valor justo como custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 (data de transição para os CPCs), acrescido de gastos incorridos a partir daquela data pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. Os demais bens estão apresentados ao custo histórico de aquisição, acrescidos dos gastos necessários para entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos	Taxa de depreciação anual
Edificações	25 a 64 anos	4% a 1,56%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Instalações	10 anos	10%
Veículos em uso	7 anos	14,28%
Equipamentos de informática	5 anos	20%
Equipamentos hospitalares	5 a 20 anos	20% a 5%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	20%
Ferramentas	10 anos	10%
Sistemas aplicativos	5 anos	20%
Benfeitorias em imóveis próprios	25 a 64 anos	4% a 1,56%

Considerando que, historicamente, a Fundação não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, o valor residual dos itens do imobilizado estará sendo considerado como igual a zero. A vida útil dos ativos é revisada ao final de cada exercício, não tendo ocorrido alterações significativas em relação a vida útil estimada no exercício anterior.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em " Outras receitas (despesas), líquidas " na demonstração do resultado.

2.11. Intangível - *Softwares*

O ativo intangível refere-se praticamente aos gastos de implantação de sistema de informática coorporativo da Fundação. Esses ativos são amortizados de forma linear pelo período de 10 anos.

2.12. Matrículas recebidas antecipadamente

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no final do exercício social em curso. Em decorrência desta prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante, e serão reconhecidas ao resultado do exercício de acordo com o regime de competência nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.13. Provisões

2.13.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

2.13.2. Provisões para riscos e demandas judiciais

A Fundação é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Fundação requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

a) Provisões para riscos e demandas judiciais

A Fundação reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

b) Revisão da vida útil dos ativos imobilizados

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil-econômica dos bens, anualmente revisadas.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de alunos e pacientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2013	2012
Recursos não vinculados		
Caixa e Bancos	**2.339**	3.679
Aplicações financeiras	**16.888**	8.078
	19.227	11.757
Recursos vinculados		
Caixa e Bancos	**3**	-
Aplicações financeiras	**11.779**	9.183
	11.782	9.183
Total	**31.009**	20.940

Características gerais

As aplicações financeiras de curto prazo são consideradas pela Administração como sendo de alta liquidez e que podem ser prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não sendo vinculadas a operações de risco (renda fixa).

As aplicações financeiras referem-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB), atualizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), remuneradas a taxas que variam entre 92% e 97% do CDI para os períodos abrangidos por estas demonstrações financeiras.

Aplicações financeiras - recursos vinculados

Descrição	2013
Alienação de imóvel da Fundação São Paulo (a)	**8.331**
Convênio-Emenda Parlamentar (b)	**1.220**
Convênio Pró-Saúde São Paulo (c)	**611**
Convênio-Pró-Equipamentos IES Comunitárias (d)	**419**
Outros projetos	**1.198**
Total	**11.779**

a) Alienação de imóvel da Fundação São Paulo - recursos originado da venda de imóvel pertencente a Fundação São Paulo onde os recursos foram aplicados em operações de renda fixa que possuem liquidez imediata. Contudo, sua utilização para qualquer finalidade deve ser precedida de autorizada interna do conselho superior.

b) Convênio-Emenda Parlamentar - As emendas parlamentares referem-se a verbas recebidas do Ministério da Saúde, por intermédio de convênios, para a aquisição de equipamentos hospitalares.

c) Convênio Pró-Sáude São Paulo - O convênio Pró-Saúde refere-se a verba recebida do Ministério da Saúde, por intermédio de convênio, sendo objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para qualificação de profissionais de saúde e evento para reorientar a formação profissional em saúde dos cursos de Ciências Biológicas e Enfermagem da PUC-SP; incentivar transformações do processo de formação, geração de conhecimentos e prestação de serviços à população para abordagem integral do processo saúde-doença.

d) Convênio-Pró-Equipamentos IES Comunitárias - Convênio junto ao Ministério da Educação para melhorias de infraestrutura nos Programas de Pós-Graduação, cujo objeto principal é a aquisição de equipamentos que beneficiarão as pesquisas desenvolvidas pela Instituição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

5 Contas a receber de alunos e hospital

	2013			2012		
Descrição	Contas a receber	Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	Líquido	Contas a receber	Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	Líquido
Unidade Educacional						
Contas a receber graduação - CP	**30.694**	**(21.570)**	**9.124**	31.950	(23.688)	8.262
Cheques devolvidos	**2.219**	**(2.219)**	**-**	2.316	(2.316)	-
Notas promissórias	**1.822**	**(1.822)**	**-**	1.875	(1.875)	-
Negociações de débito	**11.702**	**(1.919)**	**9.783**	7.377	(598)	6.779
	46.437	**(27.530)**	**18.907**	43.518	(28.477)	15.041
Unidade Hospitalar						
Créditos hospitalares	**9.981**	**(2.205)**	**7.776**	7.146	(1.370)	5.776
Total	**56.418**	**(29.735)**	**26.683**	50.664	(29.847)	20.817

	2013			2012		
Descrição	Contas a receber	Ajustes devedores duvidosos	Líquido	Contas a receber	Ajustes devedores duvidosos	Líquido
Contas a receber graduação - LP	**2.393**	**(393)**	**2.000**	-	-	-
Total	**2.393**	**(393)**	**2.000**	-	-	-

5.1. Composição por vencimento das mensalidades a receber - líquido

Descrição	2013
Títulos a vencer	**5.646**
Vencidos até 30 dias	**3.498**
Vencidos de 31 a 60 dias	**2.283**
Vencidos de 61 a 90 dias	**1.852**
Vencidos de 91 a 180 dias	**2.076**
Vencidos de 181 a 360 dias	**5.552**
Total	**20.907**
Circulante	**18.907**
Não circulante	**2.000**
	20.907

5.2. Composição por vencimento dos créditos hospitalares - líquido

Descrição	2013
Títulos a vencer	**4.853**
Vencidos até 30 dias	**628**
Vencidos de 31 a 60 dias	**274**
Vencidos de 61 a 90 dias	**326**
Vencidos de 91 a 180 dias	**572**
Vencidos de 181 a 360 dias	**1.123**
Total	**7.776**

5.3. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Fundação manteve, no exercício de 2013, os mesmos critérios iniciados em 2005 referentes à constituição do ajuste para perdas na realização de créditos que consistem em:

• Cheques devolvidos e Notas Promissórias - constituição de PCLD de 100% para os títulos registrados nessas rubricas;

• Contas a receber

✔ Unidade educacional:

- Títulos vencidos a mais de 361 dias - são constituídas provisão para crédito de liquidação duvidosa para 100% dos casos;
- Títulos vencidos entre 181 a 360 dias - é aplicado o percentual de 20% sobre o saldo dos títulos existentes nesse intervalo de vencimento para constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa;

✔ Unidade hospitalar:

- Títulos vencidos a mais de 361 dias - são constituídas provisão para crédito de liquidação duvidosa para 100% dos casos;

Mesmo existindo os critérios anteriormente mencionados, a Fundação revisa periodicamente sua carteira de recebíveis, buscando avaliar a existência de possíveis valores não enquadrados nos referidos critérios que devam ser considerados na PCLD.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2013 está demonstrada a seguir:

Descrição	2013	Constituição ajuste	Reversão de ajuste	2012
Contas a receber graduação	**(21.963)**	**(7.440)**	**9.165**	(23.688)
Cheques devolvidos	**(2.219)**	**(5)**	**102**	(2.316)
Notas promissórias	**(1.822)**	**-**	**53**	(1.875)
Créditos hospitalares	**(2.205)**	**(835)**	**-**	(1.370)
Negociações de débitos	**(1.919)**	**(1.914)**	**593**	(598)
Total	**(30.128)**	**(10.194)**	**9.913**	(29.847)
Circulante	**(29.735)**	**(9.801)**	**9.913**	(29.847)
Não circulante	**(393)**	**(393)**	**-**	-

A reversão de ajuste consiste na identificação dos títulos vencidos a mais de 5 anos que são baixados de forma definitiva pela Administração, não possuindo efeito no resultado do exercício, ou adequação das provisões mensalmente contabilizadas durante o exercício.

6 Bolsas restituíveis

	2013			2012		
Descrição	Contas a receber	Ajustes devedores duvidosos	Líquido	Contas a receber	Ajustes devedores duvidosos	Líquido
Bolsas restituíveis	**32.938**	**(28.698)**	**4.240**	38.919	(29.819)	9.100
Circulante	**30.551**	**(27.863)**	**2.688**	34.596	(28.362)	6.234
Não circulante	**2.387**	**(835)**	**1.552**	4.323	(1.457)	2.866

Bolsas restituíveis referem-se às bolsas concedidas a alunos ativos que assumiram o compromisso de devolução das mensalidades financiadas junto à Fundação em prazo médio de cinco anos, iniciado um ano após sua conclusão de curso. Os pagamentos serão exigidos com base no valor das mensalidades vigentes na época da liquidação das obrigações. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, o ajuste para perdas na realização das bolsas restituíveis foi determinada com base no histórico de perdas dos últimos anos.

A Fundação, considerando a indexação dos pagamentos das dívidas pelos valores dos boletos vigentes nas datas previstas de liquidação das obrigações efetuou o cálculo do valor presente das parcelas de longo prazo, não apurando diferenças significativas com os valores atualmente registrados, líquidos de provisão para realização.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2013 está demonstrada a seguir:

Descrição	2013 Saldo	Constituição ajuste	Reversão de ajuste	2012 Saldo
Bolsas restituíveis	**(28.698)**	**(68)**	**1.189**	(29.819)

7 Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras de longo prazo referem-se a títulos de capitalização mantidos em poder da Fundação até a data de seu vencimento.

A composição destas aplicações financeiras de longo prazo é apresentada a seguir:

Descrição	2013	2012
Títulos de capitalização	**6.041**	6.324

Títulos de aplicação financeira, com natureza de longo prazo, remunerados pela taxa equivalente a da caderneta de poupança (TR + 0,5% a.m.), os quais a Fundação contrata com instituições financeiras de primeira linha e serão resgatados em datas e prazos diferenciados em consequência dos prazos contratados que variam em torno de 12 a 72 meses. Quando resgatados, esses títulos contribuirão para quitar obrigações assumidas junto a Instituições Financeiras. A Fundação manteve em 2013 um volume maior de resgates quando comparado com novas aplicações.

8 Imobilizado

8.1. Composição do saldo

	2013			2012
Descrição	Custo	Depreciação	Custo líquido	Custo líquido
Terrenos	**136.500**	**-**	**136.500**	136.500
Edificações	**95.630**	**(15.478)**	**80.152**	81.040
Máquinas e equipamentos	**14.976**	**(9.892)**	**5.084**	4.652
Móveis e utensílios	**9.070**	**(6.487)**	**2.583**	2.607
Equipamentos de informática	**14.560**	**(13.940)**	**620**	1.212
Ferramentas	**22**	**-**	**22**	-
Biblioteca	**2.981**	**-**	**2.981**	2.973
Instalações	**3.926**	**(2.357)**	**1.569**	1.267
Sistemas aplicativos	**2.218**	**(1.722)**	**496**	245
Benfeitorias em imóveis próprios	**6.890**	**(763)**	**6.127**	5.286
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**3.245**	**(3.057)**	**188**	971
Equipamentos hospitalares	**2.322**	**(450)**	**1.872**	2.023
Imobilizado - arrendamento	**4.874**	**(4.219)**	**655**	873
Veículos em uso	**953**	**(682)**	**271**	168
Enxoval hospitalar	**334**	**(123)**	**211**	187
Imobilizações em andamento	**758**	**-**	**758**	745
Total	**299.259**	**(59.170)**	**240.089**	240.749

8.2.1. Custos e depreciações - exercício 2013

	2012	2013		
Descrição	Custo	Adições	Baixas ou transferência	Custo
Custo				
Terrenos	136.500	**-**	**-**	**136.500**
Edificações	93.410	**2.220**	**-**	**95.630**
Máquinas e equipamentos	13.603	**1.374**	**(1)**	**14.976**
Móveis e utensílios	8.588	**558**	**(76)**	**9.070**
Equipamentos de informática	14.284	**276**	**-**	**14.560**
Ferramentas	-	**22**	**-**	**22**
Biblioteca	2.973	**8**	**-**	**2.981**
Instalações	3.414	**512**	**-**	**3.926**
Sistemas aplicativos	1.815	**403**	**-**	**2.218**
Benfeitorias em imóveis próprios	5.788	**1.102**	**-**	**6.890**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.036	**209**	**-**	**3.245**
Equipamentos hospitalares	2.322	**-**	**-**	**2.322**
Imobilizado - arrendamento	4.874	**-**	**-**	**4.874**
Veículo em uso	830	**213**	**(90)**	**953**
Enxoval Hospitalar	213	**121**	**-**	**334**
Imobilizações em andamento	745	**249**	**(236)**	**758**
Total	292.395	**7.267**	**(403)**	**299.259**

	2012	2013		
Descrição	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Depreciação				
Edificações	(12.370)	**(3.108)**	**-**	**(15.478)**
Máquinas e equipamentos	(8.951)	**(941)**	**-**	**(9.892)**
Móveis e utensílios	(5.981)	**(506)**	**-**	**(6.487)**
Equipamentos de informática	(13.072)	**(868)**	**-**	**(13.940)**
Instalações	(2.147)	**(210)**	**-**	**(2.357)**
Sistemas aplicativos	(1.570)	**(152)**	**-**	**(1.722)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(2.065)	**(992)**	**-**	**(3.057)**
Benfeitorias em imóveis próprios	(502)	**(261)**	**-**	**(763)**
Equipamentos hospitalares	(299)	**(151)**	**-**	**(450)**
Imobilizado - arrendamento	(4.001)	**(218)**	**-**	**(4.219)**
Veículo em uso	(662)	**(53)**	**33**	**(682)**
Enxoval hospitalar	(26)	**(97)**		**(123)**
Total	(51.646)	**(7.557)**	**33**	**(59.170)**
Imobilizado líquido	240.749	**(290)**	**(370)**	**240.089**

	2011		2012	
Descrição	Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo				
Terrenos	136.500	-	-	136.500
Edificações	93.410	-	-	93.410
Máquinas e equipamentos	13.295	308	-	13.603
Móveis e utensílios	8.248	340	-	8.588
Equipamentos de informática	14.132	152	-	14.284
Biblioteca	2.973	-	-	2.973
Instalações	2.706	708	-	3.414
Sistemas aplicativos	1.767	48	-	1.815
Benfeitorias em imóveis próprios	4.656	1.132	-	5.788
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.036	-	-	3.036
Equipamentos hospitalares	2.322	-	-	2.322
Imobilizado - arrendamento	4.263	611	-	4.874
Veículo em uso	683	219	(72)	830
Enxoval hospitalar	-	213	-	213
Imobilizado em andamento	570	175	-	745
Total	288.561	3.906	(72)	292.395

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	2011	2012		
Descrição	**Depreciação**	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**
Edificações	(9.262)	(3.108)	-	(12.370)
Máquinas e equipamentos	(8.157)	(794)	-	(8.951)
Móveis e utensílios	(5.499)	(482)	-	(5.981)
Equipamentos de informática	(12.103)	(969)	-	(13.072)
Instalações	(2.002)	(145)	-	(2.147)
Sistemas aplicativos	(1.425)	(145)	-	(1.570)
Benfeitorias em imóveis próprios	(290)	(212)	-	(502)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(2.065)	-	-	(2.065)
Equipamentos hospitalares	(147)	(152)	-	(299)
Imobilizado - arrendamento	(3.745)	(256)	-	(4.001)
Veículos em uso	(654)	(24)	16	(662)
Enxoval hospitalar	-	(26)	-	(26)
Total de depreciações	(45.349)	(6.313)	16	(51.646)
Imobilizado líquido	243.212	(2.407)	(56)	240.749

8.3. Garantias

Os terrenos e suas edificações encontram-se vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos como parte das garantias aparesentadas as instituições financeiras.

8.4. Revisão da vida útil

A Fundação avaliou a vida útil-econômica destes ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2013, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

9 Intangível

9.1. Movimentação dos custos e das depreciações acumuladas

9.1.1. Custos e amortizações - exercício 2013

	2012	2013	
Descrição	**Custo**	**Adições**	**Custo**
Custo			
Direito de uso	1.009	**328**	**1.337**
Softwares	5.711	**454**	**6.165**
Total	6.720	**782**	**7.502**

	2012	2013	
Descrição	**Amortizações**	**Adições**	**Amortizações**
Amortizações			
Direito de uso	(194)	**(120)**	**(314)**
Softwares	(1.398)	**(598)**	**(1.996)**
Total	(1.592)	**(718)**	**(2.310)**
Intangível líquido	5.128	**64**	**5.192**

9.2. Revisão da vida útil

A Fundação avaliou a vida útil-econômica destes ativos intangíveis e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2013, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior, permanecendo sua estimativa de amortização em 5 anos.

10 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Natureza	Garantia	Taxa de juros	2013	2012
Banco Bradesco S.A.	BNDES	Hipoteca	4,00% a.a. + TJLP	**2.876**	6.327
Banco Santander (Brasil) S.A.	BNDES	Hipoteca	De 4,00% a.a. até 8,00% a.a.+ TJLP	**2.915**	6.838
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro	Recebíveis, cheques e hipotecas	De 5,91% a.a. até 6,42% a.a. + 100% CDI	**37.050**	32.020
Banco Santander (Brasil) S.A.	Capital de giro	Duplicatas	De 1,21% a.a. até 6,17% a.a. + 100% CDI	**50.076**	46.942
Banco Bradesco S.A.	Leasings		17,40% a.a.	**221**	436
				93.138	92.563
Passivo circulante				**8.125**	61.495
Passivo não circulante				**85.013**	31.068

10.1. Composição das parcelas de longo prazo

Instituição financeira	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Banco Bradesco S.A	5.293	5.293	5.293	5.293	5.293	5.293	5.292	37.050
Banco Santander (Brasil) S.A	8.317	8.317	7.712	5.900	5.900	5.900	5.900	47.946
Outros - arrendamento mercantil	17	-	-	-	-	-	-	17
	13.627	**13.610**	**13.005**	**11.193**	**11.193**	**11.193**	**11.192**	**85.013**

10.2. Renegociações realizadas em 2013 - capital de giro

Conforme comentado na Nota Explicativa nº1, a Fundação obteve êxito junto as instituições financeiras "Banco Bradesco" e "Banco Santander" em seu processo de renegociação das dívidas de capital de giro que existiam com esses bancos. Os principais itens que impactaram de forma significativa a Fundação encontram-se demonstrados a seguir:

- Alongamento do vencimento final dos contratos de 2017 para 2021;
- Redução no valor médio dos pagamentos mensais ao fluxo de caixa da Fundação;
- Manutenção das taxas de juros incidentes sobre as operações;
- Manutenção dos contratos sem a inclusão de covenants financeiros;
- Acordo de 1 (um) ano de carência da amortização da dívida para reestruturação do fluxo de caixa da Fundação.

10.3. BNDES

A Fundação vem mantendo de forma regular os pagamentos realizados aos Bancos Bradesco e Santander relativos ao acordo celebrado em anos anteriores acerca da renegociação das dívidas existentes. O acordo previu o pagamento da dívida em 90 parcelas, sendo que em 31 de dezembro de 2013 restavam 10 parcelas a serem pagas.

10.4. Garantias

As principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos citados anteriormente são:

a) Totalidade das mensalidades escolares a receber;
b) Recebíveis provenientes do programa de bolsa restituível;
c) Contratos de convênio de prestação de serviços
d) Hipoteca do imóvel do Hospital Santa Lucinda - Sorocaba;
e) Alienação fiduciária do imóvel localizado à Rua Monte Alegre, 984 - Perdizes;
f) Imóvel localizado à Rua Marquês de Paranaguá, 111 - Consolação;
g) Próprios bens arrendados (quando aplicável).

10.5. *Covenants*

Não existem "*covenants*" financeiros ou operacionais a serem cumpridos pela Fundação relacionados a qualquer dos empréstimos existentes na data base de 31 de dezembro de 2013.

11 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	2013	2012
Salários a pagar	**12.966**	12.212
Férias a pagar e encargos a recolher	**11.114**	10.594
FGTS a recolher sobre folha de pagamento	**2.347**	2.190
INSS a recolher sobre folha de pagamento	**996**	948
IRRF sobre folha de pagamento	**8.873**	8.396
Outras obrigações com pessoal	**687**	181
	36.983	34.521

12 Diferenças salariais a pagar

Descrição	Saldo em 2012	Atualização monetária	Adições/ reversões	Baixas	Saldo em 2013
Diferença salarial e encargos (dissídio 2004)	80	-	-	(29)	**51**
Diferença salarial e encargos (dissídio 2005)	10.634	641	1.203	-	**12.478**
Total	**10.714**	**641**	**1.203**	**(29)**	**12.529**

As diferenças salariais a pagar referem-se às parcelas que deveriam ter sido pagas aos funcionários docentes em períodos anteriores em função de dissídios coletivos não incorporados aos salários à época. Tais valores vêm sendo provisionados, acrescidos de atualizações monetárias e reflexos de encargos sociais desde os respectivos períodos aquisitivos até as datas de encerramento dos exercícios sociais.

Em 2010, a Fundação propôs um acordo para quitação das diferenças salariais, para os docentes, relativo a não aplicação de dissídio coletivo no ano de 2005. A adesão a este acordo foi feita de forma individualizada. Dos 1.387 docentes que constituíam este passivo, o acordo foi efetuado com 1.119 docentes, no período de 2010 a 2012. Em 2013 não ocorreram novas adesões.

As obrigações relativas ao exercício 2004 referem-se a dívida junto aos docentes que se encontram afastados e serão quitados quando do seu retorno ou desligamento.

13 Tributos parcelados

	2013	2012
FGTS parcelado	**31.940**	34.542
REFIS federal	**97.172**	96.467
FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001	**2.823**	2.878
REFIS Lei nº 11.941/09	**1.261**	1.320
	133.196	135.207
Circulante	**4.210**	4.117
Não circulante	**128.986**	131.090

13.1. FGTS parcelado

Em 30 de março de 2000 a Fundação reconheceu, junto a Caixa Economica Federal (CEF). os débitos de FGTS existentes no período de agosto de 1986 a fevereiro de 2000. Após esse reconhecimento, por meio da assinatura do termo de confissão de dívida e compromisso de pagamento, foram realizados duas tentativas de parcelamento. O acordo final para o parcelamento da dívda ocorreu em dezembro de 2007, onde o saldo foi divido em 240 parcelas corrigidas mensalmente pela taxa de 3% ao ano. Em 31 de dezembro de 2013 restavam 157 parcelas a pagar, composta da seguinte forma:

	2013
Pagamento estimado em 2014	**2.441**
Pagamento estimado em 2015	**2.441**
Pagamento estimado em 2016	**2.441**
Pagamento estimado em 2017	**2.441**
Pagamento estimado em após 2017	**22.176**
	31.940

A Fundação encontra-se adimplente com o parcelamento assumido com a Caixa Economica Federal.

13.2. REFIS

13.2.1. Descrição do programa

O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS - I) destina-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos. A Fundação possui débitos inclusos neste programa, cuja aprovação pelo Governo ocorreu em 02 de março de 2000.

Conforme previstos no regulamento do REFIS - I, a Fundação deve recolher mensalmente o valor correspondente a 0,3% de seu faturamento bruto a título de pagamento do parcelamento especial (REFIS), devendo atualizar seu saldo devedor por meio da variação da TJLP. Durante o exercício de 2013 foi recolhido o montante de R$1.347 (R$1.296 em 2012), sendo apurado de juros sobre o saldo devedor o valor de R$2.162 em 2013 (R$2.562 em 2012). A perspectiva de desembolso financeiro para os próximos exercícios, tomando como base a média de pagamento dos últimos dois exercícios encontra-se demonstrada a seguir:

	2013
Pagamento estimado em 2014	**1.393**
Pagamento estimado em 2015	**1.393**
Pagamento estimado em 2016	**1.393**
Pagamento estimado em 2017	**1.393**
Pagamento estimado em após 2017	**91.600**
	97.172

Todas a exigências previstas no regulamento do REFIS-I para manutenção desse parcelamento especial estão sendo cumpridas pela Fundação.

13.2.2. Ação de revisão de débitos consolidados em duplicidade

Durante o ano de 2000 a Fundação aderiu ao programa especial de parcelamento de débitos federais (intitulado REFIS - I). Por ocasião dessa adesão, no momento da compilação de todos os débitos existentes à época, a Administração, juntamente com seus consultores jurídicos externos, identificaram que determinados débitos foram duplicados, resultando em uma ação administrativa onde é solicitada a revisão dos valores consolidados no referido parcelamento especial. Pelo motivo exposto, o saldo contábil em 31 de dezembro de 2013 encontra-se a menor em R$13.380 mil, quando comparado com a posição apresentada pela Receita Federal do Brasil (RFB) na mesma data. O processo administrativo ainda encontra-se em curso, sem que tenha havido decisão proferida sobre a lide, na qual os consultores jurídicos externos apresentaram posição formal sobre o referido assunto, imputando à Fundação uma chance de ganho do processo revisional como "possível".

14 Receitas antecipadas

	2013	2012
Mensalidades antecipadas	**9.816**	9.388
Outras receitas antecipadas	**2.658**	1.837
	12.474	11.225

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

14.1. Mensalidades antecipadas

Os alunos optam por planos de pagamentos distintos no momento da matrícula.
Nesta rubrica, são registrados os valores dos planos de pagamento do curso em prazo inferior à duração do mesmo, somados às antecipações de matrículas para cursos que iniciam no ano seguinte, e aos valores dos serviços prestados não faturados, daqueles alunos que escolheram pagar o curso em tempo inferior a de duração do mesmo.

15 Provisões para contingências

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras.
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência advinda de casos assemelhados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	2013			2012
Descrição	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Líquido**	**Líquido**
Cíveis	**1.515**	**(146)**	**1.369**	3.133
Trabalhistas	**25.630**	**(12.823)**	**12.807**	16.949
Tributários	**48.406**	**(3.295)**	**45.111**	42.170
Total	**75.551**	**(16.264)**	**59.287**	62.252

15.1. Movimentação

	2012	Adições	Reversões	2013
Cíveis	3.311	738	(2.534)	**1.515**
Trabalhistas	29.695	6.899	(10.964)	**25.630**
Tributários	43.454	4.952	-	**48.406**
Total	**76.460**	**12.589**	**(13.498)**	**75.551**
Depósitos judiciais	(14.208)	(5.214)	3.158	**(16.264)**
Total	62.252	7.375	(10.340)	**59.287**

Em 31 de dezembro de 2013 a Fundação era parte em 504 processos em andamento, sendo 208 cíveis, 294 de natureza trabalhista e 2 de natureza tributária/fiscal.

15.2. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013, a provisão para as ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável era de R$ 25.630, sendo integralmente reconhecida na contabilidade. Para os referidos processos, a Fundação possuí depósitos judiciais constituídos no montante de R$12.823.
As reclamações trabalhistas versam principalmente sobre o pagamento de complemento salarial, horas extras, indenizações, reposição de dissídios e outros, os quais a Administração julga como normais em sua atividades. Da composição 294 processos trabalhisas mencionados anteriormente, 264 foram considerados como risco de perda provável ou possível, conforme demonstrado a seguir:

Risco de perda	**Quantidade**	**R$**
Próvável	**154**	25.630
Possível	**110**	34.186
	264	59.816

15.3. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2013, a provisão para as ações cíveis classificadas como de risco de perda provável era de R$1.515, sendo integralmente reconhecida na contabilidade. Para os referidos processos, a Fundação possuí depósitos judiciais constituídos no montante de R$146.
As ações de natureza cível, em sua maioria, têm por objeto a decretação de nulidade de cláusula contratual que prevê o pagamento de multa em caso de rescisão do contrato de prestação de serviços educacionais; a realização de matrícula de candidatos aprovados em processo seletivo sem a apresentação do certificado de conclusão do ensino médio; reintegração de aluno que teve a matrícula cancelada por jubilamento; indenização decorrente de cobrança indevida e/ou de inclusão indevida nos órgãos de proteção ao crédito de alunos inadimplentes. Adicionalmente, especificamente quanto a unidade hospitalar, existem de ações cíveis que versam principalmente sobre supostos erros médicos relacionados ao atendimento no Hospital Santa Lucinda, os quais encontram-se classificados de forma integral como risco de perda possível.Da composição de 208 processos cíveis mencionados anteriormente, 139 foram considerados como risco de perda provável ou possível, conforme demonstrado a seguir:

Risco de perda	**Quantidade**	**R$**
Próvável	**58**	1.515
Possível	**81**	13.792
	139	15.307

15.4. Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2013, a provisão para as ações tributárias classificadas como de risco de perda provável era de R$48.406, sendo integralmente reconhecida na contabilidade. Os dois processos tributários existentes em que a Fundação é citada como "ré" foram considerados como risco de perda provável ou possível, conforme demonstrado a seguir:

Risco de perda	**Quantidade**	**R$**
Próvável	**1**	48.406
Possível	**1**	13.380
	2	61.786

15.4.1. PIS sobre folha
Por meio de Ação Declaratório com Pedido de Antecipação de Tutela nº 2000.61.00.008249-2, a Fundação obteve liminar garantindo o não recolhimento do PIS, à alíquota de 1%, sobre a folha de pagamento desde a competência de março de 2000. Contudo, por orientação dos consultores jurídicos da Fundação e até que o processo seja finalizado (transitado em julgado), a Administração optou em manter a provisão mensal do referido débito tributário, acrescido dos seus respectivos encargos moratórios, em conta especifica de "provisão para contingência tributária", enquanto aguarda o desfecho do julgamento nas esferas judiciais. Até 31 de dezembro de 2013, não havia decisão proferida como "final" que impactasse em qualquer alteração desse procedimento.
15.4.2. REFIS - questionamento
Desde sua adesão ao REFIS- I, em 26/04/00, a Fundação vem movendo ações constantes e periódicas durante os exercícios com a finalidade de que a Receita Federal do Brasil (RFB) revise os débitos inclusos e consolidados nesse parcelamento especial, sob a alegação de terem ocorrido diversas duplicações de valores no momento da consolidação das bases que possuíam a origem desses valores em aberto. Após diversas reversões já consolidadas e aceitas pela RFB, as petições em curso pleiteam a equiparação do saldo contábil (R$97.172) ao saldo constante no extrato do REFIS emitido pela RFB, o qual apresenta-se a maior no montante de R$13.380. O processo esta sendo acompanhado por um escritório de advocacia, que emitiu posicionamento informando que a chance de êxito é "possível" quanto a concretização da revisão e equalização dos valores ao saldo já existente na contabilidade.

16 Patrimônio líquido

Em uma eventual extinção da Fundação São Paulo, o seu patrimônio remanescente será destinado à outra Fundação que se proponha a fim igual ou semelhante ao desta Fundação e, no caso de recusa, tal destinação será feita a Fundação registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ou ainda, a Fundação qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, sempre de acordo com decisão tomada pelo voto da maioria simples dos membros do Conselho Superior (Estatuto Social art. 39 § 2º).

16.1. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui a reserva de reavaliação realizada em anos anteriores no montante de R$97.264 e o ajuste por adoção do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição no montante de R$84.196. Os valores registrados nessa conta são reclassificados para déficits acumulados parcialmente, proporcionalmente à depreciação dos ativos a que elas se referem.

16.2. Doação

O valor de R$2.220 refere-se as construções e edificações existentes no terreno localizado na Rua Monte Alegre, 1.083 (São Paulo - SP), pertencente anteriormente ao Colégio São Domigos, que passaram a incorporar o ativo imobilizado da Fundação São Paulo em 2013, sendo registrado como Doação, uma vez que não houve compra ou cessão de recursos pelo Fundação. O valor foi apurado com base em laudo emitido por terceiros, durante o exercício de 2013, em bases compatíveis com as cotações de mercado.

17 Receita operacional líquida

	2013	2012
Receita da unidade educacional		
Mensalidades, taxas e inscrições	**401.293**	378.862
Cursos extracurriculares	**39.413**	36.952
Outras receitas	**15.359**	17.014
	456.065	432.828
Deduções da receita educacional		
Bolsas de estudo filantrópicas	**(43.964)**	(38.028)
Bolsas de estudo assistenciais	**(42.261)**	(38.314)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	**(2.207)**	(2.815)
	(88.432)	(79.157)
Receita operacional líquida - unidade educacional	**367.633**	353.671
Receita da unidade educacional		
Assistência médico-hospitalar	**38.537**	39.386
Receita operacional líquida total	**406.170**	393.057

18 Custos diretos educacionais e hospitalares

	2013	2012
Unidade educacional		
Custos educacionais graduação e pós-graduação	**(184.730)**	(173.488)
Custos com cursos extracurriculares	**(7.909)**	(8.092)
	(192.639)	(181.580)
Unidade hospitalar		
Custos materiais hospitalares	**(14.274)**	(15.071)
Custos com serviços hospitalares	**(12.440)**	(11.455)
Outros custos	**(10)**	(17)
	(26.724)	(26.543)
Total	**(219.363)**	(208.123)

19 Despesas com pessoal

	2013	2012
Salários e ordenados	**(70.957)**	(67.419)
Férias e 13º salário	**(14.310)**	(13.080)
Fundo de garantia	**(6.651)**	(6.352)
Assistência médica	**(3.704)**	(3.563)
Aviso prévio e indenizações	**(4.523)**	(2.840)
Diferenças salariais	**(1.190)**	(1.115)
Outras despesas com pessoal	**(4.694)**	(5.174)
Reversão de diferenças salariais	**-**	28
Total	**(106.029)**	(99.515)

20 Despesas gerais e administrativas

	2013	2012
Água, gás, energia elétrica e telecomunicações	**(6.076)**	(6.611)
Materiais (a)	**(4.813)**	(5.285)
Aluguéis	**(5.839)**	(4.933)
Expediente e gerais	**(3.460)**	(2.839)
Impostos e taxas	**(480)**	(504)
Outras despesas	**(804)**	(803)
Total	**(21.472)**	(20.975)

(a) Gastos com materiais de consumo diários da Fundação, tais como: materiais de escritório, higiene e limpeza, copa e cozinha, didáticos, entre outros.

21 Despesas com serviços de terceiros

	2013	2012
Segurança e limpeza (a)	**(14.076)**	(12.623)
Serviços de assessoria e consultoria jurídica e administrativa	**(3.562)**	(3.346)
Serviços administrativos	**(1.372)**	(1.507)
Publicidade e propaganda	**(3.051)**	(2.666)
Manutenção e reparos	**(2.304)**	(2.209)
Autônomos contratados e estagiários	**(1.055)**	(1.097)
Outras despesas com serviços	**(2.290)**	(2.525)
	(27.710)	(25.973)

(a) Serviços terceirizados de segurança e limpeza patrimonial nos diversos campus da Fundação tanto no Município de São Paulo, quanto nos Municípios de Sorocaba e Barueri.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

22 Resultado financeiro

	2013	2012
Receitas financeiras		
Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas	**5.400**	6.654
Receitas com aplicações financeiras	**857**	1.084
Receitas financeiras de ensino e hospitalares	**1.442**	1.107
Outras receitas financeiras	**871**	457
	8.570	9.302
Despesas financeiras		
Despesas com cobranças bancárias	**(914)**	(809)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(10.019)**	(10.540)
Encargos sobre tributos e parcelamentos	**(2.412)**	(4.101)
Diferenças salariais	**(634)**	(411)
Despesas com desconto de pontualidade	**(7.401)**	(6.979)
Outras despesas bancárias	**(1.067)**	(1.103)
	(22.447)	(23.943)
Resultado financeiro líquido	**(13.877)**	(14.641)

23 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Fundação possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação para cada um dos riscos acima, os objetivos da Fundação, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Fundação.

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos e hospital e bolsas restituíveis.

Exposição a risco de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras é:

	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	4	**31.009**	20.940
Aplicações financeiras	7	**6.041**	6.324
Contas a receber de alunos e hospital - circulante	5	**28.683**	20.817
Contas a receber de alunos e hospital - não circulante	5	**2.000**	-
Bolsas restituíveis - circulante	6	**2.688**	6.234
Bolsas restituíveis - circulante	6	**1.552**	2.866
		71.973	57.181

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - a política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação. A Fundação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

Contas a receber de alunos, hospital e bolsas restituíveis - o risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento onde os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2013, a Fundação possuía ajuste para créditos liquidação duvidosos, no montante de R$27.923 sobre as contas a receber de alunos (57,18% do total), R$2.205 sobre os créditos hospitalares (22,05% do total) e R$28.698 sobre as bolsas restituíveis (87,12%), para fazer face ao risco de crédito.

b) Risco de liquidez

É o risco em que a Fundação encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

2013

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	**93.138**	**4.514**	**3.611**	**8.125**	**24.375**	**52.513**
Fornecedores	**5.496**	**5.496**	**-**	**-**	**-**	**-**
Tributos parcelados	**133.196**	**2.105**	**2.105**	**4.210**	**12.630**	**112.146**
Diferenças salariais a pagar	**12.529**	**12.529**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	**244.359**	**24.644**	**5.716**	**12.335**	**37.005**	**164.659**

2012

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	92.563	32.745	28.750	24.617	6.451	-
Fornecedores	5.195	5.195	-	-	-	-
Impostos parcelados	135.207	2.059	2.058	4.117	12.351	114.622
Diferenças salariais a pagar	10.714	10.714	-	-	-	-
Total	243.679	50.713	30.808	28.734	18.802	114.622

c) Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação era:

Instrumentos de taxa variável	2013	2012
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	**31.009**	20.940
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	**(93.138)**	(92.563)
Total	**(62.129)**	**(71.623)**

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

A Fundação mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI e determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2013, a Fundação apresentava uma dívida líquida de R$62.129.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil, com data-base em 31 de dezembro de 2013, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 7,27% cenário provável para o ano de 2013, ante a taxa efetiva de 8,04% verificada no ano de 2013:

	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2013	8,04%	8,04%	8,04%
Dívida líquida	62.129	62.129	62.129
Taxa anual estimada do CDI	10,29%	12,86%	15,44%
Efeito no instrumento financeiro:			
(Redução)/aumento	(702)	427	1.556

d) Estimativa do valor justo

A Fundação divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

d.1) *Valor justo versus valor contábil*

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		2013		2012	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo					
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**31.009**	**31.009**	20.940	20.940
Aplicações financeiras	7	**6.041**	**6.041**	6.324	6.324
		37.050	**37.050**	27.264	27.264
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de alunos	5	**28.683**	**28.683**	20.817	20.817
Bolsas restituíveis	6	**4.240**	**4.240**	9.100	9.100
Outras contas a receber		**2.978**	**2.978**	3.132	3.132
		35.901	**35.901**	33.049	33.049
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	10	**93.138**	**93.138**	92.563	92.563
Fornecedores		**5.496**	**5.496**	5.195	5.195
Tributos parcelados	13	**133.196**	**133.196**	135.207	135.207
Diferenças salariais	12	**12.529**	**12.529**	10.714	10.714
		244.359	**244.359**	243.679	243.679

d.2) *Hierarquia do valor justo*

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Fundação utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo.

Baseado nessas abordagens, a Fundação presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes das entradas *(inputs)* usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmados pelo mercado, ou não observáveis. A Fundação utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis. De acordo com o pronunciamento, essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Os instrumentos financeiros da Fundação são todos classificados no nível 2.

24 Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$156.090 para cobertura dos edifícios, R$3.720 para responsabilidade civil e R$101.050 para máquinas, móveis, utensílios e instalações.

25 Gratuidade por meio de bolsas de estudo e projetos

	2013	2012
Receita		
Mensalidades, taxas e inscrições	**401.293**	378.862
Cursos extracurriculares	**39.413**	36.952
Deduções da receita		
Bolsas de estudo concedidas	**(86.225)**	(76.342)
Descontos concedidos sobre mensalidades	**(2.207)**	(2.815)
Inadimplência líquida no ano - mensalidades	**(6.599)**	(3.810)
Total da receita efetivamente recebida	**345.675**	**332.847**
Gratuidade e custo do atendimento gratuito		
Bolsa PROUNI	**(33.873)**	(31.063)
Bolsa doação FUNDASP (bolsa para alunos carentes)	**(8.203)**	(4.843)
Bolsa doação FUNDASP/DERDIC	**(1.888)**	(2.122)
Total de bolsas filantrópicas	**(43.964)**	**(38.028)**
Percentual de gratuidades de bolsas filantrópicas	**12,72%**	**11,43%**
Custo dos atendimentos e projetos sociais	**(28.790)**	(30.035)
Percentual de gratuidades dos atendimentos e projetos sociais	**8,33%**	**9,02%**
Total de gratuidades	**(72.754)**	**(68.063)**
Percentual total de gratuidades educacionais concedidas	**21,05%**	**20,45%**
Valor equivalente à cota patronal isenta	**66.800**	**58.459**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Uma das principais exigências para manutenção do certificado de filantropia e isenção da cota patronal do INSS é que a Fundação invista 20% dos seus recursos recebidos em gratuidades (bolsas de estudos). Em função da existência de atividade mista na Fundação, com notório destaque para o setor educacional, pelos menos 15% da gratuidade concedida deve ser direcionada ao setor de educação. Nos dois anos (2013 e 2012) foi apurada uma aplicação de gratuidade em educação no montante de 12,72% e 11,43%, respectivamente. A compensação dos percentuais faltantes, nesse período, pode ser realizada de forma cumulativa no último ano do triênio (2014). Caso isso não ocorra, a Fundação pode vir a celebrar acordo junto ao Ministério da Educação, para que assine o "termo de ajuste de gratuidade", conforme previsto em lei, onde é estabelecido que a Fundação poderá compensar o número de bolsas devido nos três exercícios subsequentes, com acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o percentual não atingido.

Tomando por base os critérios e premissas gerais para cálculo da gratuidade, a Administração da Fundação cumpriu as exigências legais nos exercícios de 2013 e 2012, aplicando em atividades filantrópicas os percentuais de 21,05% e 20,45% respectivamente, estando o valor total aplicado em gratuidade, no conjunto de bolsas, atendimentos e projetos sociais, dentro dos percentuais totais indicados e acima da isenção da Cota Patronal do INSS usufruída.

Destacamos que a Fundação manteve suas atividades sociais durante o exercício de 2013, apesar de a legislação prever a possibilidade de redução na aplicação desses recursos, uma vez que a atual legislação direciona apenas 5% das receitas da Fundação para essa finalidade. A Fundação continua tomando todas as medidas necessárias para o cumprimento do volume de bolsas de estudos filantrópicas concedidas aos seus alunos. Os valores acima fazem parte das demonstrações de resultado e têm sua apuração pelo método de apropriação por centro de custo e registro de receitas.

Dos atendimentos hospitalares realizados pelo Hospital Santa Lucinda, vinculado à Fundação, a maior parte se dá por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2013, os atendimentos os pacientes através do Sistema Único de Saúde (SUS) atingiram o percentual de 69,18%, privilegiando a população carente da região.

Isenções previdenciárias usufruídas

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Decreto nº 2.536/98, art. 4º.parágrafo único e posteriormente pela Lei nº 12.101, art. 29 e art. 40 do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem durante o exercício de 2013, correspondem ao montante de R$66.800 (R$58.459 em 2012).

26 CEBAS - Certificado de Fundação Beneficente de Assistência Social

A Fundação São Paulo é portadora de Certificado de Fundação de Fins Filantrópicos (CEAS), emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 23 de julho de 1999, que assegurou a validade do Certificado concedido pelo Processo nº 259.085/70, em 05 de maio de 1971, por ter sido renovado por meio da Resolução CNAS nº 180, de 20 de julho de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 22 de julho de 1999, e aprovações posteriores.

Nos anos 2000, 2003, 2006, a Fundação São Paulo requereu, tempestivamente, as renovações trienais do seu CEAS por meio dos processos protocolados sob os nos 44006.004925/2000-64, 71010.002625/2003-96, 71010.003536/2006-18, respectivamente, as quais foram devidamente deferidas.

Em 2009, requereu, novamente, a renovação do CEAS, conforme Protocolo CNAS nº 71010.004022/2009-14, datado de 27 de outubro de 2009, correspondente à última Prestação de Contas (triênio 2006-2007-2008), a qual foi encaminhada ao Ministério da Educação, em 24 de fevereiro de 2010, conforme determina o art. 35 da Lei nº 12.101/2009 e seu Decreto Regulamentador nº 7.237/2010, Ministério Competente pela nova certificação (CEBAS - Certificado de Fundação Beneficente de Assistência Social), deferida por meio da Portaria nº 31, de 12 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2012.

Em 27 de junho de 2012, a Fundação São Paulo protocolou seu pedido de Renovação do CEBAS junto à SERES-MEC, Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, do Ministério da Educação, o qual se encontra em análise, permanecendo a Fundação assegurada por meio de seu Protocolo Tempestivo nº 23000.009919/2012-14, conforme dispõe o art. 8º do Decreto nº 7.237/2010 que regulamenta a Lei nº 12.101/2009.

Aprovação do Conselho Fiscal, do Conselho de Assessoria em Administração e Finanças e do Conselho Superior da FUNDASP

De acordo com o que determina o estatuto da Fundação São Paulo, as demonstrações contábeis apresentadas foram aprovadas pelo Conselho Fiscal, conforme Ata nº 2/2014 lavrada em 26/03/2014, pelo Conselho de Assessoria em Administração e Finanças, conforme Ata nº 2/2014 lavrada em 02/04/2014, e pelo Conselho Superior, conforme Ata nº 134 lavrada em 08/04/2014.

Conselho Fiscal

José Eduardo Dias Soares
Presidente do Conselho Fiscal

Fábio Nusdeo
Membro do Conselho Fiscal

Marcel Solimeo
Membro do Conselho Fiscal

Secretaria Executiva

José Rodolpho Perazzolo
Secretário Executivo da Fundação São Paulo

João Júlio Farias Júnior
Secretário Executivo da Fundação São Paulo

Contabilidade e Controladoria

José Olímpio Cardoso Neto
Contador - CRC 1SP181828/O-5

Mário Candido Santos
Controller - CRC 1SP218641/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho Superior

Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifica Universidade Católica de São Paulo

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do **Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifica Universidade Católica de São Paulo** ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifica Universidade Católica de São Paulo** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

Ênfases

a) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, o saldo contábil que a Fundação tem a pagar ao programa especial de parcelamento de débitos federais (intitulado REFIS - I) está divergente do informado no extrato emitido pela Receita Federal do Brasil (RFB) devido a consolidação de débitos em duplicidade. A Fundação, juntamente com seus consultores jurídicos externos, movem ação administrativa para regularizar essa situação, não havendo a finalização deste processo até essa data. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto;

b) Conforme comentado na Nota Explicativa nº 26, em 27 de junho de 2012 a Fundação protocolou pedido de renovação do seu certificado de entidade filantrópica, que tem por objetivo obter a aprovação do Ministério da Educação (MEC) quanto ao cumprimento das exigências para o triênio já trancorrido (2009 a 2011) e autorização para continuidade da utilização dessas isenções para triênio seguinte (2012 a 2014). Contudo, o deferimento do pedido permanece pendente de aprovação pelo referido órgão governamental. A Administração, baseada em suas experiências anteriores e apoiada na opinião de seus consultores jurídicos externos entende que esse atraso é normal e não prevê resultados adversos nesses processos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto;

c) Conforme comentado na Nota Explicativa nº 25, uma das principais exigências para manutenção do certificado de filantropia e isenção da cota patronal do INSS é que a Fundação invista 20% dos seus recursos recebidos em gratuidades (bolsas de estudos). Em função da existência de atividade mista na Fundação, com notório destaque para o setor educacional, pelos menos 15% da gratuidade concedida deve ser direcionada ao setor de educação. Contudo, o percentual mínimo não foi cumprido nos exercícios de 2013 e de 2012, sendo apurado uma aplicação de gratuidade em educação no montante de 12,72% e 11,43%, respectivamente. A compensação dos percentuais faltantes pode ser realizada de forma cumulativa no último ano do triênio (2014). Caso isso não ocorra, a Fundação passa a depender de acordo junto ao Ministério da Educação, para que esse assine o "termo de ajuste de gratuidade", conforme previsto em lei, onde é estabelecido que a Fundação poderá compensar o número de bolsas devido nos três exercícios subsequentes, com acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o percentual não atingido. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto;

d) A Fundação apresenta capital circulante negativo e acumulou déficits nos últimos anos, além de existir patrimônio líquido negativo em 2013. Assim, sua continuidade operacional está diretamente relacionada aos planos e esforços da Administração, com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e retomada de lucratividade, descritos na Nota Explicativa nº 1. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Fundação e não incluem quaisquer ajustes originados destas incertezas.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do **Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifica Universidade Católica de São Paulo,** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de fevereiro de 2013 sem modificações.

São Paulo, 26 de março de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fabio Marchesini
Contador CRC-1SP244093/O-1